Precisamos reconhecer que não é um simples gasto. Quando se fala em um bilhão e quinhentos milhões, é muito dinheiro. Mas é um investimento importante para que esses jovens tenham uma perspectiva de vida, porque já foram muito penalizados pela sociedade, pela questão familiar, pela falta de oportunidades.

Então, a Fundação Casa está de parabéns. Parabéns para o trabalho da Dra. Berenice, que está lá há 12 anos. Tem sido um trabalho reconhecido, importante.

Queria apenas orientar e trazer essa informação. A Fundação Casa tem 143 unidades no estado de São Paulo, na Capital, na Grande São Paulo, no interior e no litoral. Ela abriga cerca de 9.400 jovens e adolescentes, tem 12 mil funcionários a um custo de, neste ano, um bilhão e 500 milhões.

É um trabalho importante que deve ser enaltecido aqui. Nesta tarde, venho justamente para parabenizar o trabalho da Dra. Berenice e toda a sua equipe administrativa.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, gostaria de repudiar veementemente uma nota, um comunicado feito pela Secretaria da Educação que está sendo encaminhado para as 91 diretorias de ensino do estado de São Paulo, para as escolas da rede estadual.

O comunicado está intimidando os professores, intimidando os profissionais da Educação. É execrável que a Secretaria da Educação, que tem como secretário um desembargador, que até ontem era presidente do Tribunal de Justiça, que se considera um jurista, permita uma nota como essa, afrontando os nossos servidores da Educação, afrontando o Magistério estadual.

O Magistério está mobilizado hoje contra a reforma da Previdência, contra a desvalorização salarial. Há mais de três anos que não há reposição das perdas inflacionárias no estado de São Paulo.

O Estado não está investindo mais em Educação. Os professores estão mobilizados, estão paralisados. Há uma greve nacional contra a reforma da Previdência, contra o fim da aposentadoria especial para o Magistério, que foi uma conquista histórica da categoria.

A nota é um absurdo. É uma afronta, em primeiro lugar, ao direito de greve, que é garantido pela Constituição Federal. Não entendo como uma Secretaria da Educação que tem um desembargador como secretário emite uma nota como essa. É uma contradição sem precedentes o que está acontecendo na Secretaria da Educação.

Há várias contradições nesse comunicado. Ele começa com o anúncio de que a reforma da Previdência em curso na Câmara Federal não afetará o funcionalismo estadual. Isso é uma inverdade. É lógico que vai afetar.

O presidente Temer disse recentemente que retira do texto original os servidores estaduais. Porém, os estados terão seis meses para realizar as suas reformas previdenciárias. Se não o fizerem, terão que acatar as normas da nova reforma que está sendo aprovada no Congresso Nacional. De qualquer forma, a aposentadoria especial já será liquidada pela PEC nº 287. Então, isso não é verdade. A nota já começa com inverdades.

Depois, ele prossegue dizendo que só vai reajustar os salários quando a economia melhorar. Porém, quando a economia estava bem, nos anos de glória da arrecadação do estado, não havia investimento em Educação, muito menos nos servidores.

Continuando a nota, eles dizem o seguinte... Isso é proibido por lei, é um absurdo: o secretário está dizendo que vai chamar os professores eventuais para substituir os professores em greve. Isso é proibido, é ilegal, é uma afronta ao direito de greve e não pode acontecer. Nesse caso não há greve, se forem chamados outros funcionários para substituir aqueles em greve. É um absurdo, é algo jamais visto na história da luta dos servidores do estado de São Paulo.

A nota vai mais longe, dizendo que não haverá reposição de aulas e que os servidores que estão exercendo o legítimo e sagrado direito de greve não terão direito de reposição. É uma ameaça, é a implantação de um clima de terror e de medo na rede estadual.

Não bastasse tudo isso, a nota avança, afrontando os direitos de nossos servidores e ameaçando os professores em estágio probatório. É um absurdo, estou realmente chocado com esse comunicado. A nota diz o seguinte: "Os professores em estágio probatório devem estar conscientes de que faltas injustificadas poderão comprometer o atendimento aos requisitos para sua efetivação". Isso é um absurdo, é uma ameaça aberta feita em praça pública. É um escárnio, uma afronta ao direito de greve.

Não entendo como um desembargador, um jurista que, até ontem, era presidente do Tribunal de Justiça, se propõe a soltar um comunicado como este. Depois diz que vai chamar os aprovados do PEB II. Não chamou até agora por quê? Agora, pressionado pela mobilização, anuncia a chamada. E tem que chamar PEB I, PEB II e os outros servidores do concurso público também.

Diz ainda que vão pagar o bônus no dia 20 de abril, para tentar, logicamente, desmobilizar o movimento dos professores. Depois, no final do comunicado, ele diz o seguinte: "Deixar aluno sem escola em nada auxiliará a recuperação da autoestima brasileira, fato essencial para a retomada do desenvolvimento brasileiro". É uma hipocrisia muito grande. Isso é pura demagogia, pois o estado não investe em Educação.

A Educação que temos é precarizada. As salas estão superlotadas, faltam funcionários, faltam professores e não há investimento. É uma rede sucateada, abandonada pelo poder público, com escolas de lata. É uma rede que não oferece qualidade de ensino justamente porque não há investimento. Mesmo com toda a dedicação, o empenho e a força de vontade dos profissionais da Educação, estamos vivendo uma precarização do ensino e a culpa é do governo, que não investe em Educação.

Para terminar, quero repudiar veementemente este comunicado, que é uma declaração de guerra ao Magistério e aos servidores da Educação. Logicamente, vamos acionar a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa para que peça a convocação do secretário; ele tem que depor nesta Casa. Vamos acionar também o Ministério Público Estadual, pois isso é altamente agressivo ao direito dos trabalhadores de se manifestarem, de fazerem paralisações e greves. Nós vamos tomar providências, nosso mandato vai agir contra essa excrescência , contra esse ataque ao Magistério e aos servidores da Educação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Léo Oliveira. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Alesp, público presente nas galerias, volto a falar de um assunto que gerou uma polêmica enorme no dia de ontem e no dia de hoje, que foi a entrega de chaves de apartamentos na zona sul de São Paulo, no Grajaú.

Lá estiveram o ministro das Cidades, Bruno Araújo; o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin; e o prefeito da cidade de São Paulo, João Doria. Houve um pequeno tumulto, e eu gostaria de apresentar um vídeo que mostra isso.

* * *

- É feita a apresentação do vídeo.

* * *

Não era um pequeno evento que acontecia lá, era a entrega de 1.188 apartamentos. No dia de ontem, entregaram as chaves a 192 moradores. Só para se ter uma ideia, naquela região, na zona sul, o último conjunto habitacional foi entregue na década de 1970 - o conjunto Faria Lima, na época ainda do BNH.

Essa população esperou durante muito tempo esses apartamentos, e quero dar destaque a isso, e não à polêmica e ao chilique do prefeito Doria, nem à falta de elegância do governador e do ministro, que em nenhum momento disseram para a população que essas casas eram do programa "Minha Casa, Minha Vida", que foi construído pelo presidente Lula, pela presidenta Dilma e pelo prefeito de São Paulo Fernando Haddad.

O Governo do Estado entra com 20 mil reais a cada apartamento. Aliás, depois que foi criado o programa "Minha Casa, Minha Vida" no País, o Governo do Estado de São Paulo praticamente deixou de construir habitações populares por meio da CDHU, ele se contenta em contribuir com 20 mil reais e depois lava as mãos. É por isso que há esse déficit habitacional no estado de São Paulo, nas grandes cidades e na região metropolitana.

Nesse evento, a população estava recebendo esses apartamentos, e nenhum pai de família, nenhuma mãe de família, nem filhos ou avós conseguiram esses apartamentos de graça. Eu conheço muito bem aquela região e aquele povo, e ninguém fez um cadastro e ficou esperando as casas saírem. Aquilo aconteceu por meio da luta de pessoas que foram desapropriadas, que moravam em áreas de risco e que, devido às enchentes perderam suas moradias. Foram pessoas que ocuparam terrenos em diversos locais de São Paulo e que depois foram despejados por reintegração de posse. Foram pessoas que tiveram que acampar em frente da prefeitura, na frente da CDHU, foram pessoas que tiveram que parar avenidas ateando fogo em pneus, que tiveram que receber a Polícia atirando nelas com bala de borracha, com gás de pimenta na cara, pessoas que acamparam no frio, na chuva, no sol escaldante para conseguir essas casas.

Tenho certeza de que nenhum dos contemplados dessa entrega de moradias têm menos de 20, 15 ou dez anos de luta. Portanto, era um dia festivo, um dia em que a população estava celebrando o recebimento dessas casas.

Talvez tenha faltado sensibilidade e experiência ao prefeito de São Paulo, Sr. João Doria, que num momento daquele começou a provocar os presentes, como ele faz em todos os eventos em que participa. Ou seja, atacar o presidente Lula, falando que a turma do PT está em Curitiba, etc. Isso não vai terminar bem, pois em todos os eventos vai ser um crescente de pessoas que vão se revoltar.

Obviamente que ali nos movimentos de moradia tem sempre uma grande militância petista. E os militantes reagiram às palavras do prefeito. Além disso, elas reagiram porque não deram o devido crédito a quem lutou para conseguir - e conseguiu - a construção daquelas 1188 moradias.

Então, quero parabenizar as pessoas que participaram dessa luta do Programa "Minha Casa Minha Vida", que construiu mais de três milhões de moradias pelo País todo, que está financiando e ainda tem muitas moradias em construção que vão ser entregues em breve.

Esperamos que o prefeito João Doria, nos próximos quatro anos, no final do seu mandato, tenha uma quantidade de moradias - apartamentos ou casas - para entregar àquela população, ou para outras regiões da cidade de São Paulo, como o prefeito Fernando Haddad deixou pronto para ele - João Doria - entregar à população.

Aguardamos que ele consiga fazer obras naquela região e em todos os cantos da cidade de São Paulo, posto que o déficit habitacional é muito grande.

E para o governador Geraldo Alckmin eu volto a repetir: a obra da CPTM, da estação Grajaú até a estação Varginha está parada. Há pouco foi anunciada aqui a convocação de mais uma sessão extraordinária com o Projeto de lei nº 871, que é sobre a transferência de crédito, tirando da CPTM, tirando das obras daqui de São Paulo para jogar na Rodovia dos Tamoios. A obra da Tamoios é importante também, mas não precisava tirar verbas daqui; aqui é muito mais importante. O local onde o governador esteve ontem inaugurando o programa "Minha Casa Minha Vida" - habitação popular - ele passou bem perto da obra parada da CPTM.

Então, governador Geraldo Alckmin, líder do Governo, deputado Barros Munhoz, esse projeto tem que ser retirado da pauta, pois esse dinheiro tem que ser investido lá naquela região, ou em transporte de massa, pode ser no metrô, ou monotrilho, aqui na Região Metropolitana de São Paulo.

Sr. Presidente, era isso que queríamos registrar e dizer que vamos denunciar e combater esse tipo de arbitrariedade que o Governo do Estado de São Paulo e o prefeito estão cometendo. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo de líderes em plenário solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje às 19 horas.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 14 minutos.

* * *

30 DE MARÇO DE 2017
8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS
Secretários: DAVI ZAIA e JOÃO CARAMEZ

RESUMO

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Saúda a visita dos prefeitos de Osvaldo Cruz e de Mariápolis. Coloca em discussão o PL 871/16, com emendas.
2 - WELLINGTON MOURA
Solicita verificação de presença.
3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que não atinge quórum para a continuidade dos trabalhos. Levanta a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Estamos recebendo a visita do prefeito Edmar Mazucato, de Osvaldo Cruz, e do prefeito Val Dantas, de Mariápolis. A Assembleia Legislativa agradece a presença dos dois prefeitos.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 871, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 14.990, de 2013, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com instituições financeiras controladas pela União. Com 7 emendas. Parecer nº 1539, de 2016, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável ao projeto e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Davi Zaia e João Caramez para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

* * *

- É iniciada a chamada.

* * *

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, peço ao orador que fale um pouco mais devagar, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Peço ao orador que fale um pouco mais devagar, por favor.

* * *

- É feita a chamada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número insuficiente para a continuidade dos trabalhos, e agradece a colaboração dos nobres deputados Davi Zaia e João Caramez.

Esta Presidência vai levantar a sessão.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 14 minutos.

* * *

31 DE MARÇO DE 2017
37ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e CARLOS GIANNAZI
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CORONEL TELHADA
Menciona que esteve hoje em evento de formatura de novos sargentos da Polícia Militar, os quais parabeniza. Considera que as operações de fiscalização da polícia são mal interpretadas pela população, porém, importantes para o combate ao crime. Chama atenção para o número de pessoas autuadas em uma noite de fiscalização policial por dirigirem embriagadas. Cobra do governo estadual reajuste salarial para os servidores da Segurança Pública.
3 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Manifesta apoio à Polícia Militar.
4 - CARLOS GIANNAZI
Apela ao secretário estadual de Cultura, José Luiz Penna, que intervenha no caso de extinção da Banda Sinfônica do Estado. Exige a imediata readmissão dos músicos da banda. Tece críticas ao governo estadual pela redução no orçamento da Cultura.
5 - CARLOS GIANNAZI
Informa que deve participar de assembleia com professores da Rede Estadual e Municipal de Ensino e de manifestação contra as reformas Previdenciária e Trabalhista, hoje, na Avenida Paulista. Manifesta-se contrário ao projeto de lei federal que permite terceirização irrestrita. Repudia comunicado da Secretaria Estadual de Educação, encaminhado às Secretarias de Ensino e escolas estaduais com o intuito de coibir a paralisação da categoria.
6 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
7 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
8 - JOOJI HATO
Lembra lei municipal de sua autoria, conhecida como "lei fecha bar". Afirma que o objetivo da norma é reduzir os números de criminalidade. Considera que vítimas de violência, principalmente pelo consumo de álcool, sobrecarregam os hospitais públicos. Tece considerações acerca da precariedade de hospitais e Unidades de Pronto Atendimento em algumas cidades do Estado. Manifesta esperança de que o presidente Michel Temer melhore a situação do País.
9 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Defere o pedido de levantamento da sessão. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 03/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene hoje, às 20h, para a "Comemoração da 3ª Edição do Prêmio Beth Lobo de Direitos Humanos das Mulheres". Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra a primeira oradora inscrita, nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Junior Aprillanti. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, hoje pela manhã tive a oportunidade de participar, lá no sambódromo, no Anhembi, da formatura dos novos sargentos da Polícia Militar.

Hoje foi a formatura de 992 novos sargentos da Polícia Militar. Tivemos a oportunidade de prestigiar o evento junto aos familiares dos sargentos e demais autoridades.

Estavam presentes várias autoridades, como o secretário de Segurança Pública, o nosso presidente Cauê Macris, os deputados estaduais Coronel Camilo, o Delegado Olim e os deputados federais nossos amigos Major Olímpio, Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro. Enfim, havia várias autoridades presentes.

Foi um momento de muita alegria estar com esses formandos, vibrando com mais essa conquista de 992 profissionais que, agora, como sargentos da Polícia Militar, terão a missão de continuar trabalhando na segurança da sociedade paulista e também no comandamento da tropa, no comandamento de homens e mulheres que fazem essa segurança.

Portanto, quero aqui publicamente, em nome da Assembleia Legislativa, parabenizar os 992 novos sargentos da Polícia Militar.

Acabei de receber o relatório de uma operação policial e quero falar sobre ele porque muitas vezes as pessoas não entendem o serviço da Polícia, um serviço muitas vezes mal interpretado, malquisto. Na realidade, o serviço da Polícia infelizmente é incomodar os outros. Nós somos obrigados a incomodar as pessoas, a abordar as pessoas, a pedir documentos, a verificar o veículo. Sabemos que a abordagem policial incomoda, mas é de suma importância porque nessa abordagem são constatadas inúmeras irregularidades.

Quando prendemos um bandido todo mundo fica contente, mas quando é um cidadão as pessoas não entendem a ação policial e é necessário entender porque sem esse tipo de serviço nós não conseguimos um resultado satisfatório no combate ao crime. É a prevenção no combate ao crime.

Para vocês terem uma ideia, na noite de ontem para hoje o policiamento de trânsito realizou uma operação. Foram sete horas em várias ruas da zona oeste e zona sul de São Paulo, das 20:30 às 3:30 da madrugada. Participaram dessa operação 52 policiais militares, 24 viaturas com 16 etilômetros, o chamado bafômetro.

Vocês lembram-se quando todo mundo reclamava das pessoas que dirigiam embriagadas e cometiam acidentes terríveis, todo mundo reclamava da falta de ação, de fiscalização, todo mundo ficava assustado ao ver os acidentes noticiados nos jornais. Pois é. Nós temos operações policiais para fiscalizar esse tipo de ação e o interessante é que hoje muita gente reclama dessa fiscalização. Antes reclamavam porque não havia fiscalização e hoje reclamam porque tem. Mas isso é preciso.

Em sete horas de operação foram fiscalizadas 564 pessoas. Dessas, 402 foram submetidas ao teste do etilômetro e praticamente 12% foram autuadas por dirigir sob influência de álcool ou então até por recusarem-se a fazer o teste do bafômetro. Notem que hoje, apesar de toda propaganda que existe, apesar da gravidade dos acidentes de trânsito, mesmo assim, em 2017, em uma noite de fiscalização, tivemos 44 pessoas autuadas e por quê? Porque haviam feito uso de bebida alcoólica e estavam dirigindo. Vejam a cultura de parte da população.

Aqueles que gritam por providências, aqueles que gritam por democracia, não conseguem cumprir a lei. O pessoal grita tanto por democracia, fala tanta coisa do governo, só que não faz a sua obrigação que é cumprir a lei. Hoje ainda bebe e vai dirigir.

Todos nós temos famílias. Sintam-se na obrigação de cobrar mais fiscalização porque é a nossa família que está na rua correndo risco. Temos de exigir que a Polícia faça mais fiscalização e autue, sim! 'Ah, mas não é bandido.' Ninguém está chamando ninguém de bandido aqui. Só que um cidadão dirigindo alcoolizado é tão perigoso quanto um bandido armado de fuzil. Ouçam o que estou falando, guardem essa frase: o cidadão trabalhador dirigindo embriagado é tão peridoso quanto o criminoso com um fuzil, infelizmente mata do mesmo jeito e nós não podemos aceitar isso.

Trouxe então esse dado para vocês terem ideia do que está acontecendo: 44 pessoas foram autuadas por dirigirem embriagadas e 11 veículos foram removidos, além disso, 39 habilitações recolhidas. Outra coisa interessante: o pessoal grita tanto pelo cumprimento da lei e 39 pessoas tiveram a habilitação recolhida ou pela infração de estarem alcoolizadas ou por irregularidades.

A turma fala muito em tolerância zero, em tomar providências. Eu também acho, mas tolerância zero é zero. Zero é zero. Devemos agir corretamente, temos que cumprir a lei. Se quisermos exigir que a lei seja cumprida, temos que cumprir a lei.

Então, eu quero parabenizar o pessoal da Polícia Militar, em especial a tropa sob comando do coronel Claudir Roberto Teixeira de Miranda, comandante do policiamento de trânsito.

Sr. Presidente, Jooji Hato, e deputado Carlos Giannazi, eu só quero pedir o coro de V. Exas. aqui, para mais uma vez nós pedirmos ao governador Geraldo Alckmin para que se lembre da nossa Polícia Militar, do nosso aumento ou reajuste salarial.

Tenho certeza que o nobre deputado Carlos Giannazi vai falar dos professores. Nós estamos aqui todos os dias brigando por nossa classe. Parece Alberto pregando no deserto, ninguém nos escuta.

Nós estamos aqui pregando. Sr. governador, lembre da nossa Polícia Militar, lembre das forças de segurança, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Técnico-Científica, Administração Penitenciária. Lembre-se de seus funcionários públicos. Há três anos eles não têm qualquer reajuste.

Solicito que cópias de meu discurso sejam encaminhadas ao governador Geraldo Alckmin, ao coronel Claudir Roberto Teixeira de Miranda, comandante do policiamento de trânsito e ao coronel Nivaldo Cesar Restivo, comandante da Polícia Militar, pela fala da formatura dos sargentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Vossa Excelência pode contar com nosso apoio total e irrestrito à Polícia Militar e ao pronunciamento de Vossa Excelência.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gil Lancaster. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Doutor Ulysses. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.